

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1011492-35.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral
Requerente:	DHIEGO MANOELO LOPES ME
Requerido:	Banco Santander (Brasil) S/A

DHIEGO MANOELO LOPES ME ajuizou ação contra BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por dano moral, haja vista o constrangimento indevido, causado pela devolução injustificável de um cheque do valor de R\$ 225,00, sem pagamento, nada obstante houvesse saldo disponível, já que detentor de cheque especial, com limite de crédito suficiente.

Citado, o réu contestou o pedido, afirmando que o cheque não foi pago por culpa do autor, que deixou de prover a conta de recursos suficientes.

O autor, em réplica, insistiu nos termos do pedido inicial..

É o relatório.

Fundamento e decido.

É fato incontroverso que o autor é titular de cheque especial, com limite de R\$ 8.000,00 (v. Fls. 10).

Em 29 de julho de 2014 um cheque do valor de R\$ 225,00 foi devolvido, sem compensação, sob a justificativa de inexistência de fundos disponíveis (fls. 20).

Nessa data o saldo da conta era negativo, de R\$ 6.608,68, conforme se verifica pelo extrato juntado a fls. 20. Se houve o pagamento do cheque, os saldo passaria a ser de R\$ 6.833,68, negativo, mas ainda assim abaixo dos R\$ 8.000,00 contratados.

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Portanto, está comprovado o fato objetivamente alegado, da devolução indevida do cheque, sem pagamento.

E não houve prova alguma de que o banco comunicou ao cliente o cancelamento do limite de crédito.

É presumido o dano moral, haja vista o inegável constrangimento sofrido por alguém que enfrenta recusa de pagamento de cheque.

Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP.

DANO MORAL - Devolução indevida de cheque - Indenização - Cabimento - Precedentes do STJ nesse sentido - A indevida devolução de cheque emitido pelo consumidor gera, por si só, o dever de indenizar por danos morais, conforme orientam diversos Precedentes do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido - Dano moral - Fixação que deve servir como repreensão do ato ilícito - Enriquecimento indevido da parte prejudicada - Impossibilidade - Razoabilidade do quantum indenizatório: A fixação de indenização por danos morais deve servir como repreensão do ato ilícito e pautada no princípio da razoabilidade sem que se transforme em fonte de enriquecimento indevido da parte prejudicada - Bem por isso, à luz do princípio da razoabilidade, a indenização por danos morais fixada pelo MM. Juízo de Primeiro Grau em favor do consumidor deve ser majorada - Recurso do autor provido - Recurso adesivo do banco réu não provido.

(TJSP - APL nº 0.098.922-04.2008.8.26.0000 - Ac. 6.299.486 - Bauru - 17ª Câmb. de Direito Privado - Rel. Des. Nelson Jorge Júnior - J. 24.10.2012 - DJESP 06.11.2012).

CONTRATO - Empréstimo bancário - Código de Defesa do Consumidor - Aplicabilidade - Inversão do ônus da prova determinada, "ex officio" - Possibilidade - Aplicação da Súmula 297 do STJ - Recurso parcialmente provido.

DANO MORAL - Responsabilidade civil - Contrato de abertura de crédito em conta corrente - Devolução de cheque, quando, se compensado, o saldo devedor ficaria dentro do limite de crédito - Alegação do banco de que houve redução do limite de crédito - Descabimento - Limite de crédito que ainda estava em vigor, eis que a notificação foi datada no dia da devolução e postada posteriormente - Culpa exclusiva do banco-réu - Má prestação dos serviços bancários - Inteligência do artigo 14, "caput", do CDC - Inclusão indevida do nome da autora no cadastro de emitentes de cheques sem fundos e nos órgãos de proteção ao crédito - Indenização devida - Arbitramento de forma razoável e equitativa - Recurso parcialmente provido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

(TJSP - Ap. Cível nº 1.293.695-3 - São Paulo - 19ª Câmara de Direito Privado - Relator Paulo Hatanaka - J. 07.08.2007 - v.u). Voto nº 16.429

DANO MORAL - Responsabilidade civil - Instituição financeira - Indevida devolução de cheque por insuficiência de fundos - Presunção de prejuízo - Fato que causa desconforto e abala tanto a honra como a imagem do emitente - Indenização devida - Recurso do banco improvido.

(TJSP - Ap. com Revisão nº 990.10.059.183-5 - São José do Rio Preto - 11ª Câmara de Direito Privado - Rel. Gilberto Pinto dos Santos - J. 25.03.2010 - v.u). Voto nº 14.888

É excessivo o valor indenizatório alvitado, R\$ 15.000,00. Arbitrase R\$ 8.000,00.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu a pagar para o autor indenização do valor de R\$ 8.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial, acrescendo-se as custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e os honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA